



# O Ideário Patrimonial О идеарио

Heranças Patrimoniais  
enquanto Partilha de Saberes

# UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE PAUDALHO-PE

Mércia Carréra

Professora Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da  
Faculdade Damas da Instrução Cristã- Fadic, Brasil  
[merciacarrera@hotmail.com](mailto:merciacarrera@hotmail.com)

Leandro Surya

Professor do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da  
Universidade Federal do Vale de São Francisco – Univasf  
6477-000, SRN-PI, Brasil;  
[leandro.surya@univasf.edu.br](mailto:leandro.surya@univasf.edu.br)

Flávia Maria Rodrigues do Nascimento

Arquiteta e Urbanista, Brasil  
[fmrnascimento@gmail.com](mailto:fmrnascimento@gmail.com)



# Um Olhar sobre o Patrimônio Religioso de Paudalho-Pe

Mércia Carréra

Leandro Surya

Flávia Maria Rodrigues do Nascimento

## Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 18 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

## RESUMO

O presente artigo tem como base a pesquisa sobre o patrimônio religioso do município de Paudalho-Pe, do período do século XVII ao século XIX e a relação da população local com os mesmos. A metodologia empregada baseou-se no entendimento de conceitos pertinentes ao tema, entrevistas semi-estruturadas, questionários aplicados a população local, análise de documentação e levantamento físico-arquitetônico do patrimônio religioso, localizado na Zona de Interesse Histórico e Cultural – ZIHC e relacionados na lista dos Conjuntos de Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs, com o intuito de verificar a situação da preservação desses bens e o que representa para os paudalhenses. O resultado da pesquisa verificou o estado de conservação das igrejas e capelas, constatando a necessidade de intervenção. Além disso, a relação da população com os seus bens patrimoniais religiosos é relacionado com a importância de se preservar esses patrimônios.

**Palavras-chave:** Patrimônio Religioso; Identidade Cultural; Educação Patrimonial.

## ABSTRACT

The present article has as a basis the research on the religious heritage of the municipality of paudalho-pe, from the XVII century to the XIX century and the relationship of the local population with the same. the employed methodology was based on the understanding of concepts relevant to the theme, semi-structured interviews, questionnaires applied to the local population, analysis of documentation and physical-architectural survey of religious heritage, located in the Zone of Historical and Cultural Interest - ZIHC and related in the list of sets of Special Preservation buildings - CIEPs, intended to verify the situation of the preservation of these goods and what it represents for the paudalhenses. the result of the research verified the state of conservation of churches and chapels, finding the need for intervention. in addition, the relationship of the population with their religious patrimonial property is related to the importance of preserving these patrimonies.

**Key-words:** Religious Heritage; Cultural Identity; Heritage Education.



## 1. Introdução

Atualmente a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural tem sido recorrente em diversos países do mundo. Preservar o passado para gerações futuras é uma forma de garantir a identidade de um povo. A importância em identificar a relação da população de Paudalho, Estado de Pernambuco, com o seu patrimônio religioso e a conservação do mesmo, contribuirá para o debate sobre a integridade do patrimônio religioso paudalhense.

Paudalho é um dos municípios do estado que tem em seu perímetro urbano exemplares da arquitetura religiosa colonial, suas igrejas e capelas. Essa pesquisa se desenvolveu tendo como objeto de estudo as Igrejas e Capelas que fazem parte da Zona de Interesse Histórico e Cultural - ZIHC e relacionados na lista dos Conjuntos de Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs.

Mesmo sendo uma área definida como de preservação do Plano Diretor da Cidade de Paudalho (2002), estas edificações não são priorizadas na agenda do município em detrimento de outras ditas prioridades, tais como saúde, infraestrutura e educação. Esquecem, porém, que a memória cultural da cidade é registrada pela sua história e arquitetura, estruturadores culturais.

O patrimônio sofre constantes mudanças, seja pela ação do tempo com a falta de manutenção e conservação, seja por intervenções ocorridas ao longo de sua história, sem critérios apropriados, dificultando a caracterização não só do edifício como da paisagem do seu entorno.

## 2. Patrimônio, Memória, Identidade Cultural, Atribuição de Valor e Legislação Patrimonial

A partir do século XIX, o termo patrimônio adquiriu outros conceitos além de algo que se é herdado. Um período de grandes transformações em decorrência da Revolução Francesa e a Revolução Industrial foi um tempo em que a restauração se firmava como ciência. Neste contexto se salientou a necessidade de eleger monumentos que pudessem negar o esquecimento do passado. Durante esse período, não só novos critérios e novos objetos foram acrescidos, ampliando a ideia de patrimônio, mas também foi levado em conta a noção historiográfica da época, na qual os monumentos deveriam expressar os fatos históricos singulares e grandiosos de identidade de uma população (coletividade). Sendo assim, a preservação da arquitetura passa a salvaguardar a história de um lugar, de um momento e de uma identidade coletiva (GUILLAUME, 2003; CHOAY, 2014).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), patrimônio constitui-se como o legado que recebemos do passado ao qual vivemos e que vamos passar para as futuras gerações, sendo “fontes insubstituíveis de vida e inspiração”, nossa identidade, nosso ponto de referência.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988 o artigo 216, configura como patrimônio:

“As formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Compreender patrimônio como algo que nos remete ao passado, nos permite poder vivenciar o presente e disseminar as gerações futuras, Pelegrini admite “que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos” (PELEGRINI, 2007: 87), sentimento esse, que assegura uma identidade cultural.

Segundo Santos (2008), o termo patrimônio surge quando uma comunidade se refere à qualidade de representação conferida aos bens, tangíveis e intangíveis, que escolhe valorizar, e a ele indica uma atribuição de valor.

A compreensão atual de patrimônio cultural acaba estabelecendo a existência de duas categorias distintas de bens culturais. Uma mais antiga e tradicional, que se refere ao patrimônio material, na qual integra construções, obeliscos, esculturas, acervos documentais e museológicos, e outros itens das belas-artes. Em paralelo, temos o chamado patrimônio imaterial, que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito a sua identidade, como o modo de fazer, os saberes, as danças, as manifestações religiosas, suas crenças, festividades tradicionais, costumes e lendas. Percebe-se que a preservação do patrimônio é de suma importância para o registro da memória e da identidade cultural de uma sociedade.

A memória é uma faculdade cognitiva extremamente importante, pois forma a base para nossa identidade individual e coletiva, culminando em um arquivo que nos permite recuperar experiências e histórias. No sentido de herança, construção e identidade, a memória é permeada do sentido, não apenas daquilo que ocorreu no passado, mas do tempo presente.

Como afirma Le Goff (1984), a memória é crucial, ao ressaltar a sua importância nas discussões contemporâneas no campo das humanidades, principalmente entre os historiadores, bem como remete a importância fundamental da memória no debate atual acerca do problema da identidade, na medida em que a memória é um dos elementos constituintes e fundadores da identidade.

Dessa forma, não podemos separar o conceito de memória do conceito de identidade, pois segundo Pollak:

“(...) a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”. (POLLAK, 1992: 204-205).

Segundo a antropologia, identidade é uma característica de um ser que se percebe como tal ao longo do tempo, podendo ser individual ou cultural, característica a qual é compartilhada entre diferentes indivíduos. Identidade essas que também são citadas ao longo da vida são identidades que nos definem como pessoa, lugar. É a identidade própria que vai diferenciar uma pessoa da outra, e as torna única e especial (FUNDARPE, 2009).

As edificações do passado constituem um legado fundamental para a manutenção de identidade nacional. O conhecer e preservar dessas edificações servem de instrumentos que garantem a identidade e a memória coletiva de um povo, o seu patrimônio. Portanto, os conceitos de memória, identidade, atribuição de valor e história permitiram nessa pesquisa avaliar como a comunidade local do município do Paudalho se relaciona e se apropria do seu patrimônio religioso edificado.

Um das ferramentas para preservação do patrimônio, são as legislações que se referem ao patrimônio, desde a Constituição Federal até Leis, Decretos e Resoluções Estaduais e Municipais.



No Brasil, a primeira medida oficial sobre preservação patrimonial surge com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo regulamentado pelo Decreto-lei 25/1937, que é adequado, principalmente, á proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos, o qual fundamenta as normas de preservação e o intuito de tombamento como mecanismo de controle do Estado Novo, usando das atribuições que lhe confere o art.180 da Constituição. Em 1970, passa a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que perdura até os dias de hoje.

Em 1972, acontece em Paris a primeira Convenção referente a patrimônio nacional cultural que supera as fronteiras nacionais, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Nela constatou-se que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agravam através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes.

O patrimônio é imprescindível para a preservação da identidade, porém as políticas que reconhecem o patrimônio e lhe dão significado, não são neutras, mas refletem a ideologia dos responsáveis e muitas vezes adotam critérios ambíguos em função de interesses conjunturais, que são alteradas quando muda a administração pública (BARRETTO, 2007).

Não se pode deixar de lado a política urbana dos municípios, tomou-se como parâmetro o plano diretor de Paudalho (2002), no qual está definido o tipo de intervenção que pode ser realizado no bem onde será feita a intervenção como também está estabelecido a área onde está localizada as Igrejas e Capelas que fazem parte da Zona de Interesse Histórico e Cultural - ZIHC e relacionados na lista dos Conjuntos de Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs.

### 3. Paudalho e o seu Patrimônio Religioso

Conforme a tradição local, na segunda metade do século XVII, no extinto engenho Paudalho, se dá o início da povoação da cidade. De acordo com Melo (1918), ergue-se o núcleo urbano, inicialmente entre o entorno da Igreja Matriz e a Igreja do Rosário, se desenvolvendo posteriormente para o Leste, o Sul e o Oeste. Ficando registrado em suas igrejas a lembrança do passado.

Foi criado o Distrito de Pau D’Alho, pertencente ao município de Nazaré, em 1789, vindo a tornar-se município no dia 27 de junho de 1811, mas a provisão só foi dada no dia 15 de fevereiro de 1812 e a instalação do município ocorreu no dia 16 de maio do mesmo ano. Tornando-se cidade em quatro de fevereiro de 1879.

As maiorias das edificações referentes ao patrimônio religioso de Paudalho tiveram a sua origem nos engenhos. Na época era de costume se erguer uma capela ou igreja ao lado da casa grande do proprietário.

A história econômica de Paudalho teve grande êxito na produção do açúcar financiando a arquitetura religiosa.

## 4. Cenário Atual do Patrimônio Religioso de Paudalho Pertencente à Delimitação do Plano Diretor

De acordo com, o Plano Diretor do Município do Paudalho (2002), instituído pela Lei Municipal nº. 574/2006, o território do município é dividido em Zona Urbana e Zona Rural (art. 5º). O mesmo ainda tem seu território organizado em zonas e setores específicos (art. 9º), situando-se dentre elas a Zona de Interesse Histórico e Cultural – ZIHC e os Conjuntos e Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs, sendo as duas últimas áreas de interesse nesta pesquisa.

Como estabelecido, também, no art. 9º da Lei mencionada, a ZIHC, “compreende os núcleos de origem dos assentamentos, as localidades e conjuntos edificados que servem de referência histórica e compõem a identidade cultural do Município” (PLANO DIRETOR, 2002: 42), a qual tem como diretriz a preservação das características morfológicas e tipológicas dos assentamentos. As CIEPs “constituem o conjunto ou imóvel isolado, de interesse histórico e cultural, situados no Município” (*idem, ibidem*), tendo como diretrizes a preservação das características morfológicas e tipológicas dos imóveis e conjuntos, a implantação do raio de proteção com o objeto da intervenção sob análise espacial, para valorizar e preservar a integridade do conjunto.

Paudalho não possui lei municipal que oriente o uso e a ocupação do solo e a proteção do patrimônio municipal. Sendo assim, no art. 16º da legislação referida, trata-se do parcelamento do solo, indicando que na ausência de legislação municipal, pertinente, ele será regido pela legislação Federal e Estadual. Já o art. 39º, esboça que o Município aplicará os instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade. Os artigos 50º e 51º determinam prazos para delimitação precisa do perímetro urbano, bem como elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras e Edificações. No entanto, já transcorreram mais de cinco anos e ainda não foram elaborados.

O Município dispõe da Lei Municipal nº 572, de 02 de junho de 2006, a qual institui o Código de Postura do Município de Paudalho. No Título III, Capítulo I – Disposições Relativas à Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, consta que:

Art. 74º - As disposições deste Capítulo têm por objetivo estabelecer condições especiais para utilização e conservação das edificações e espaços situados na Área Histórica, tendo em vista a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. Parágrafo Único – As demais disposições deste Código serão aplicáveis à áreas histórica, quando não conflitarem com as disposições deste Capítulo (CÓDIGO DE POSTURA, 2006: 6).

Em relação às edificações religiosas, o mapa de diretrizes histórico-culturais incluso no Plano Diretor de Paudalho (2002), confirma que tais edificações estão localizadas em uma Zona de Interesse Histórico e Cultural - ZIHC, e algumas dessas também se apresenta como um imóvel que compõe a lista de Conjuntos e Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs

Conforme a lista de CIEPs, disponível no Anexo IV do Plano Diretor (2002), constam relacionadas como “Arquitetura Religiosa”, as edificações abaixo:

**4.1. Igreja de Santa Tereza** – Datada de 1711, é reminiscência do engenho Paudalho e está locada próximo à estação ferroviária;

**4.2. Igreja Matriz do Divino Espírito Santo** - Padroeira da cidade, esta localizada na Praça do Espírito Santa, construção do final do século XVIII;

**4.3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário** – Núcleo histórico original, delimitado pela Zona de Interesse Histórico e Cultural (ZIH), que compreende a área do Desterro até o engenho Ramos;

**4.4. Igreja de Nossa Senhora da Luz** – Situada a 3km da sede municipal, no povoado de São Severino, antigo Engenho Ramos, construção do século XIX;

**4.5. Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos** – Construção do século XVII;

**4.6. Capela de Nossa Senhora do Desterro** – Construção do século XVII;

**4.7. Igreja de Nossa Senhora do Livramento (Igreja de São Sebastião)** – Localizada na Rua Henrique Dias e datada de 1831.

Partindo dessa relação referente ao patrimônio religioso, iniciamos o levantamento fotográfico com o intuito de registrar a situação atual dessas edificações.

Paudalho possui um rico acervo arquitetônico religioso de valor histórico, no qual agrega edificações do século XVII e princípio do século XIX, herança dos inúmeros engenhos. No mesmo período, as ordens e irmandades (Franciscanas e Jesuítas) marcam sua presença em Paudalho. A religiosidade do município está registrada em suas igrejas e capelas.

#### 4.1. Igreja Santa Tereza

Próxima à estação ferroviária, esta localizada a Igreja mais antiga do município, construída em homenagem a Santa Tereza d'Ávila. A capela de Santa Tereza, datada de 1711, atendia na época aos moradores do antigo Engenho Paudalho.

Na área do Conjunto Histórico onde está localizada a Igreja de Santa Tereza, o traçado urbano ainda é preservado à margem esquerda do Rio Capibaribe. As características estilísticas do conjunto histórico apresentam um alto grau de degradação e descaracterização de algumas edificações. A ambiência do local mostra um entorno agradável e calmo, como as características da ocupação local, as edificações apresentam uma volumetria de apenas um pavimento, o que favorece o destaque da Igreja neste conjunto.

Através do levantamento histórico e fotográfico foi possível perceber que na fachada frontal não houve alteração, há mudança apenas de cor no pano de fachada, ornatos e cunhas, que ocorre até os dias atuais, que era pintada na cor branca e hoje se encontra pintada na cor bege com os detalhes em marrom.

Na Igreja de Santa Tereza, a estrutura encontra-se em bom estado de manutenção e com pintura efetuada recentemente. O telhado em duas águas com cobertura em telha canal e apoiado nas paredes, foi perceptível o deslocamento de algumas telhas, sendo assim o grande causador de danos, ocasionando inúmeras goteiras e infiltrações.

O piso da nave central em pedra de mármore é original e mostra-se desgastado nas pedras e no rejunte, ação causada pelo tempo e falta de conservação. O desgaste no piso de cimento queimado nas duas naves laterais é bastante visível, com fissuras e lacunas, ocasionado por falta de manutenção adequada.



Na área interna o guarda-corpo e a escada de acesso ao coro em madeira, estão pintados com tinta a óleo na cor bege, esse tipo de pigmentação não é o ideal e feita de forma inadequada com camadas sobrepostas deformando o desenho dos ornatos, afetando suas características.

O Altar-mor e os dois Altares Laterais hoje são em alvenaria e estão em bom estado, com os ornamentos pintados em dourado e o fundo em branco.

Visivelmente a Igreja de Santa Tereza apresenta algumas intervenções que foram feitas para atender as necessidades do uso. A primeira em 1852, reformada por intermédio do Frei Caetano de Messina pároco da época, a segunda e terceira realizada em comemoração aos 250 anos (1951) e de 300 anos (2011) respectivamente. Durante a gestão do Padre Inácio Vieira.

#### 4.2. Igreja Matriz do Divino Espirito Santo

A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo tem sua construção datada de 1750, época que foi criada a irmandade do Rosário dos Homens Pretos, localizada no centro da cidade.

Foi observado o acréscimo da nave lateral direita para suprir a falta de espaço na edificação e a retirada do cruzeiro para alargamento da via. A pintura colorida é algo bastante corriqueiro nas fachadas e ornatos em igrejas no estilo barroco/rococó que não tem uma base estrutural maneirista, na Igreja Matriz podemos verificar que no decorrer dos anos, ela passou por várias mudanças na cor de suas fachadas, lilás, tons pastéis como azul e bege, e atualmente um rosa, e todas com os ornatos na cor branca.

A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo é a que se encontra em melhor estado de conservação. Todo seu piso é em ladrilho hidráulico, no piso da nave lateral esquerda, aonde se encontra localizado o Altar de Santa Terezinha, o desenho tem uma composição com as cores, caramelo, marrom e banco, enquanto os que compõem a nave central, na lateral direita, presbitério e no altar mor tem uma paginação em desenho tipo arabesco, nas cores branca e preta, e na sacristia predominando a cor verde com desenhos em branco com detalhes em preto.

Em madeira, os púlpitos, as tribunas, as sanefas e os altares, são ornamentados em estilo barroco, pintados em dourado. O fundo dos altares e as paredes da Igreja levam a cor branca com um detalhe em marmorino em toda lateral, proporcionando leveza à obra. Na capela-mor está representado o Divino Espírito Santo coberta por uma abóboda de aresta, e com as imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Miguel Arcanjo no altar, e ao fundo outra imagem do Divino Espírito Santo.

Os dois Altares Laterais passaram por restauro há dois anos, onde algumas partes foram recuperadas e outras reconstruídas por completo.

O telhado em duas águas coberto com telha canal, também apresenta deslocamentos de algumas telhas, ocasionando inúmeras goteiras e danificando o forro de lambri em madeira, assim como o piso e guarda-corpo do coro.

A edificação passou por seis intervenções, sendo quatro reformas, um acréscimo e uma manutenção:

1840, quando foi elevada a sede da Paróquia, reforma com ampliação;

1869, reforma devido a grande cheia do rio Capibaribe;

1934, acréscimo da sacristia e inauguração do Altar de Santa Terezinha;

1975, reforma, devido outra grande cheia do rio Capibaribe que abalou parte do Altar-mor e destruiu por total a casa paroquial;

1986, manutenção da coberta;

2015, reforma dos Altares Laterais.

#### 4.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em estilo barroco, possui sua construção datada de 1778, conforme placa fixada em sua fachada. Apresenta em seu entorno casas simples e em frente à Praça Joaquim Nabuco. Como nas demais igrejas o que se observou foi à mudança a cada ano das cores de sua fachada, no caso da igreja citada anteriormente confirma que em edificações com predominância do estilo maneirista são utilizadas cores claras ou branca.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi a que se apresenta em pior estado de conservação. O problema não é pontual como ocorre nas demais edificações no qual a falta de manutenção periódica na coberta é o maior problema. Na visita *in loco* observou-se inúmeras patologias e sinais de degradação.

O telhado se torna o grande causador desse desgaste, do tipo duas águas, com estrutura de madeira e coberto com telha canal, assim como nas demais o deslocamento das telhas causa inúmeras goteiras, ocasionando infiltração em toda a edificação. Também são visíveis focos de cupins e o surgimento de fungos por conta da umidade.

O piso atual em cimento queimado, já é resultado de intervenções anteriores, no qual foi possível observar fissuras e lacunas. Os vestígios do piso original em ladrilho hidráulico com desenho tipo arabesco, esta em pequenos detalhes, como soleira e uma faixa que delimita a Nave Central do Altar-mor.

A degradação do tempo e a falta de manutenção foram os causadores da perda dos dois Altares Laterais em madeira, os quais foram refeitos em alvenaria, perdendo a delicadeza dos ornatos e a originalidade.

O Altar-mor é o original de madeira em estilo barroco, com os ornatos em dourado e o fundo branco, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário no nicho central, e nos da lateral a imagem de São Francisco e Nossa Senhora Sagrado Coração de Maria. Encontra-se bastante depreciado pela umidade e manifestação de cupins, foi observado lacunas, desprendimento da camada pictórica, além de instalação de fiação elétrica feita de forma inadequada sobre o Altar.

A escada de acesso à galeria lateral, assim como o piso tabuado em madeira, encontra-se em péssimo estado de conservação, com lacunas e desgaste da madeira, ainda sendo usada de forma inadequada como depósito.

O Coro também se encontra bem deteriorado, ação da umidade causada pela infiltração de águas devido aos deslocamentos de algumas telhas. Neste caso, é possível ver área com apodrecimento da madeira.

Na torre sineira se repete todas as patologias das demais áreas da edificação, a escada e os pavimentos intermediários de acesso ao sino estão comprometidos.

Desde a sua inauguração a edificação passou por três intervenções, sendo estas em 1869, reforma devido a cheia do rio Capibaribe, em 1988 reforma e reabertura, e 2005 a última reforma durante a gestão do Padre Raimundo.

#### 4.4. Igreja de Nossa Senhora da Luz

O município recebe milhares de romeiros no período do mês de agosto até a semana Santa do ano seguinte na Capela de Nossa Senhora da Luz, conhecida como Igreja de São Severino, uma das maiores manifestações religiosas do Brasil. Nela encontra-se o Santuário em homenagem a São Severino, nas terras do antigo engenho Ramos, desativado na década de 1920. A Igreja é de propriedade particular, a arquidiocese não intervém nem tem autonomia sobre a romaria, a prefeitura vem tentando há anos fazer a desapropriação das terras.

A igreja não apresenta um bom estado de conservação e nem de manutenção. O forro e detalhes nas paredes estão pintados com tinta a óleo, num tom de azul celeste em todo forro, no Altar-mor seu forro apresenta uma pintura de Nossa Senhora da Luz.

As patologias e elementos espúrios estão bem evidentes em todo o forro, como: umidade, estufamento e fiação elétrica indevida. A umidade é proveniente da infiltração de água por consequência do deslocamento das telhas e a falta de manutenção. O guarda-corpo da galeria é todo em gradil pintado na cor prata.

O Altar-mor, contém a imagem de Nossa Senhora da Luz no centro. No Altar Lateral, esta a imagem de São Sebastião trazida de Portugal, esta é protegida por vidro, em estuque, pintado de branco. As ofertas são depositadas no Altar do Santo.

O piso da Capela de Nossa Senhora da Luz é todo em ladrilho hidráulico com várias padronagens, apresentando desgaste em boa parte da composição.

Durante todos esses anos passou apenas por duas intervenções, em 1906, ampliação de sua área para atender o número de romeiros, e em 1918 ocorreu uma reforma interna.

#### 4.5. Capela Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Construção do século XVII em estilo maneirista, durante todos esses anos não sofreu intervenções de acréscimo em sua edificação. A frente da Capela tem um cruzeiro em madeira, sobre uma base de pedra. O seu entorno é marcado pelas casas do povoado do Rosarinho. É visível a descoloração da cor amarela pintada na cornija.

O estado de conservação é relativamente bom, visto que a limpeza é realizada pelos zeladores que vem a serem moradores do povoado. O telhado em duas águas, com estrutura em madeira e coberto com telha canal com beiral. O deslocamento das telhas canal, causam infiltrações de água, o que acarreta várias patologias.

Os Altares são em alvenaria com os ornatos pintados em amarelo claro com o fundo branco. No Altar-mor fica a imagem de Nossa Senhora do Rosário em um belíssimo oratório talhado, com a imagem de Santo Benedito à direita, e a esquerda a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Nos Altares Laterais: no altar da esquerda a imagem de Jesus, o da direita com a imagem de Jesus Crucificado e Nossa Senhora das Dores.

A estrutura do coro é toda em madeira onde consta lacuna na composição do guarda corpo, e piso tabuado, o acesso se dá por uma escada localizada na lateral esquerda da Nave Central. O conjunto foi pintado com tinta a óleo, o que apaga a sinuosidade dos detalhes originais. O piso em ladrilho hidráulico mostra as marcas do tempo, com desenho tipo arabesco na padronagem branco, preto e verde, compõe do à Capela.

Passou por três reformas todas em decorrência das cheias do rio Capibaribe, nos anos de 1854, 1869 e 1975.

#### 4.6. Capela Nossa Senhora do Desterro

A Capela Nossa Senhora do Desterro tem sua construção datada do final do século XVII ou início do Século XVIII. Foi à primeira igreja de Paudalho construída pelos Jesuítas. Em estilo maneirista, possui um cruzeiro na frente, e está localizada no Povoado de Desterro. Devido o fato de ter passado por intervenção há quatro anos o seu estado de conservação é bom.

O telhado em duas águas, com estrutura de madeira e coberto com telha canal tem eira, beira e tríplice beira, o deslocamento das telhas ocasiona as patologias na edificação, devido o número de goteiras, resultando na infiltração de água. É possível visualizar algumas intervenções, como a colocação de gradil no entorno do adro e a construção de contrafortes, na lateral que margeia a via local como forma de conter os abalos causados pelas trepidações decorrentes do tráfego de caminhões da Usina Mussurepe.

O interior da Capela esta pintada em azul claro. Os elementos em madeiras pintados com tinta a óleo destacam a cor marrom, como o guarda corpo do coro com fechamento de muxarabi e púlpito.

O piso passou por intervenção e foi trocado por um de cerâmica composto por peças em formato hexagonal, fazendo uma apologia ao original.

Os Altares, assim como na Capela do Rosário, são em alvenaria. Na Capela do Desterro os ornatos estão pintados de branco com o fundo em azul claro. O Altar-mor, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário ao centro, ladeada pela imagem de São Sebastião e Santo Antônio, possuem forro em madeira tabuado pintado na cor branca com tinta a óleo. Neste local é visível o dano decorrente dos vários pontos de infiltração de água.

Nos Altares Laterais se encontram a imagem de Nossa Senhora das Dores do lado direito, e a de Nossa Senhora da Apresentação à esquerda, e o Altar que esta locado na lateral da Nave Central tem a imagem de São Gonçalo.

A Capela passou por algumas intervenções no decorrer dos anos, em 1854, 1869 e 1975 a reforma ocorreu em consequência dos danos causados pelas cheias do rio Capibaribe. Em 2013 o pároco da época, Padre Limacedo, realizou uma reforma e a substituição do piso original do Século XVII, foi deixado uma “janela” na parede mostrando os elementos de composição e técnica construtiva usada na Capela.

#### 4.7. Igreja de Nossa Senhora do Livramento (Igreja de São Sebastião)

A Igreja de Nossa Senhora do Livramento, construção datada de 1831 em estilo barroco e uma sutileza do rocó em elementos compositivos da fachada. Durante os meados de 1980, foi

totalmente descaracterizada. Após o tombamento de sua fachada frontal por inteiro em 1986 e posteriormente a torre lateral esquerda, a mesma foi demolida. A nova edificação em nada se assemelha ou remete a edificação do Século XIX. Como memória desse tempo apenas o cruzeiro, a escadaria de acesso e a mesa de celebração ignorada na parede de fundo em seu interior.

Passou a ser conhecida como Igreja de São Sebastião, após um milagre atribuído ao Santo, padroeiro do município. As comemorações relacionadas à festa ao Santo ocorrem no mês de janeiro e dura dez dias com o novenário e a procissão. Mesmo passados 148 anos, o povo não deixou de celebrar com gratidão a promessa feita ao santo pela graça alcançada.

A tipologia interna da edificação nos remete à tipologia de galpão, com piso de granilite demarcado por uma faixa vermelha ao centro. Apresenta em toda extensão longitudinal um forro de gesso pintado de branco. O Altar esta localizado ao fundo da edificação, com um recuo, ao centro está a imagem de Jesus Crucificado, a sua esquerda São Sebastião e a sua direita Nossa Senhora e o Menino Jesus. Nas paredes laterais do Altar cada uma tem uma imagem, à esquerda, Santo Agostinho e Santo Antônio à direita.

A Igreja sofreu duas intervenções, a primeira pelo missionário capuchinho Frei Fidelis de Forgnano em 1871, reforma e construção da escadaria. Após a demolição em 17 de julho de 1986 passou por uma grande construção perdendo por completo sua identidade, e foi reinaugurada em 12 de janeiro de 1992.

Foi examinada a situação em que se encontra o patrimônio religioso pertecente a lista de CIEPs, disponível no Anexo IV do Plano Diretor (2002). Sem dúvida se faz necessário um cuidado para a sua conservação e preservação para as gerações futuras.

## 5. A Preservação do Patrimônio um Compromisso Social

A preservação dos bens culturais de uma comunidade é um compromisso social que está diretamente ligado ao exercício de cidadania. Este trabalho coloca-se como um instrumento de diálogo na elaboração e melhoramento de políticas públicas de preservação desses bens.

Preservação não significa apenas manter de pé as antigas construções, mas também as relações sociais, significados e valores atribuídos a uma determinada cultura.

Segundo Salvadori (2008: 26), “Quando se luta pela permanência de um bem, são as relações humanas que lá se estabelecem que deve vir a tona e nossa compreensão sobre ela. O que se preserva não é uma coisa, mas um dado da cultura.” Portanto, preservar o patrimônio é um compromisso social que deve ser respeitado.

Para preservar é preciso conhecer e se relacionar com o patrimônio, considerando a memória, a identidade cultural e o valor a que lhe atribui. A partir dessa afirmação, deve-se buscar uma legislação que possa protegê-lo e as políticas públicas existentes em prol da preservação dos mesmos.

Com o intuito de entender a relação dos paudalenses com o seu patrimônio religioso, foi elaborado um questionário baseado nos conceitos sobre patrimônio, preservação, memória, identidade cultural e valores atribuídos aos mesmos. Aplicar o questionário contribuiu para verificar a importância desse patrimônio para a população, constatando o compromisso social em preservá-los.

Na mesma sequência das igrejas e capelas utilizadas no registro fotográfico, seguiu-se com o trabalho de campo para a aplicação do questionário com a população.

O questionário foi elaborado em duas partes principais: a primeira corresponde às questões socioeconômicas e a segunda, as questões patrimoniais.

#### Questionário – 1ª Parte: Questões Socioeconômicas

Por meio dessas questões, procurou-se conhecer e caracterizar a população entrevistada por gênero, escolaridade, faixa salarial, religião. Para efeito da pesquisa, foram consideradas pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos e que já moram há pelo menos cinco anos no local.

#### Questionário – 2ª Parte: Questões Patrimoniais

Correspondem as questões patrimoniais e permeiam tematicamente pelo patrimônio religioso, memória, identidade cultural, valorização e preservação.

As questões são relacionadas ao patrimônio religioso, a importância de sua preservação, identidade e memória, permitindo aos entrevistados responderem sim ou não. Em caso de resposta SIM, pediu-se a descrição, em poucas palavras, do entendimento de patrimônio religioso. Objetivando saber não só o nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao conceito de patrimônio religioso, como também se o mesmo considera importante a preservação das igrejas e capelas. Também se objetivou saber se as mesmas representam a identidade e a memória da população local.

A grande maioria (91%) afirmou saber o significado de patrimônio religioso, e todos (100%) afirmaram a importância da preservação desse patrimônio no qual as igrejas e capelas fazem parte da memória da população local. Dos entrevistados, 90 % afirmaram que o patrimônio religioso representa a identidade cultural local.

Através da análise desses dados, percebe-se que a maioria da população local tem consciência do que é patrimônio religioso e da importância da preservação para garantir sua história.

Sobre a ausência da valorização e o cuidado na preservação desse patrimônio por parte do poder público foi unânime na opinião dos entrevistados. Ao contrário do posicionamento da população e afirmado pelos entrevistados. Ficou evidente que de uma forma geral por parte dos frequentadores das igrejas ou capelas, todos colaboram para a manutenção e preservação dentro das condições econômicas possíveis dos moradores e da arquidiocese.

O questionário elaborado foi desenvolvido com a finalidade de obter uma amostra que possa permitir visualizar o cenário atual do patrimônio religioso de Paudalho e sua relação com a população. Foram aplicados 70 questionários para a população local no entorno das cinco Igrejas e das duas Capelas em estudo, verificou-se que existe uma relação da população de Paudalho com o seu patrimônio religioso.

Na tentativa de manter a imparcialidade em relação às repostas buscadas nessa pesquisa, se teve o cuidado em escolher atores de diferentes segmentos da população paudalhense, como forma de evitar ao máximo a indução dessas repostas. Os relatos feitos pelos entrevistados não deixaram dúvidas quando se remete a importância do patrimônio religioso para a preservação da memória e identidade do município de Paudalho.

## 6. Considerações Finais

O resultado da pesquisa verificou o estado de conservação das Igrejas e Capelas, percebendo a necessidade de intervenção. De acordo com a situação em que se encontram, a ordem de prioridade para intervenção futura, seria: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Capela de Nossa Senhora da Luz, Capela de Nossa Senhora do Rosário, a Capela de Nossa Senhora do Desterro, Igreja de São Sebastião e Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.

Além disso, a relação da população com os seus bens patrimoniais religiosos é evidente e clara sob a ótica da importância de se preservar esses patrimônios. No entanto, ainda se faz necessário promover um trabalho de educação patrimonial com os diversos atores sociais do município. De tal maneira, que esses atores se apropriem do patrimônio religioso local e assim possam garantir a salvaguarda do patrimônio por completo (os ritos, as festas, a edificação, seu acervo material e imaterial).

As políticas pertinentes à preservação dos bens patrimoniais são de suma importância. O que torna urgente a necessidade da elaboração das mesmas. O resultado dessa pesquisa poderá contribuir ao trazer para o debate as prioridades que devem ser consideradas nas políticas públicas para a preservação do patrimônio de Paudalho-Pe. E, dessa forma, as Igrejas e Capelas, objeto de estudo desta pesquisa, poderão estar mais próximas de receberem as intervenções necessárias, garantido, em parte, a preservação da identidade cultural local para as gerações futuras.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Margarita - **Cultura e turismo: Discussões contemporâneas**. Coleção Turismo. Campinas: Papyrus, 2007.

CHOAY, F. - **Alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL - **Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura**, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

CONDEPE - Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco. **Série monografias municipais Paudalho**. 1ª. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1987.

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, C. A. - **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO - **“Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior/PPSHI Primeira Parte”**, Recife: FIAM, 1982.

FUNDARPE, IPHAN - **Patrimônio de Pernambuco: materiais e imateriais**. Recife, 2009.

GUILLAUME, Marc - **A política do património**. Porto: Campo das Letras, 2003.

LE GOFF, Jacques - Memória. In **Enciclopédia Einaudi, Memória - História** (trad.). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Vol.1, 1984.

MELO, Mário C.D.R. - **Pau d’Alho Geographia Phisica e Política**. Recife: Imprensa Oficial, 1918.



NORA, Pierre - Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury, In **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, p. 07-28.

PERNAMBUCO, Governador do Estado de; SOCIAL, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - **Plano Diretor de Paudalho**. Recife. FIDEM, 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. - Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 26, nº 51, 2006, p. 115-140.

PELEGRINI, Sandra C. A. - O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Revista Eletrônica do CEDAP. Edição Especial**. São Paulo, Vol.3, n.1, 2007, p. 87-100.

POLLAK, M. - Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, 1992.

SANTOS, Irene S. F. - **Patrimônio Histórico Cultural: Leitura Crítica dos Conceitos e suas Implicações na Prática Escolar**. Ponta Grossa: UEPG, 2008.

#### DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRASIL - **Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000**. [Em linha]. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [Consulta em 15.jan.2017] Disponível na WWW: < <http://www.unesco.org> >.

UNESCO - **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. [Em linha]. CONFERENCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. [Consulta em 27.mar.2016]. Disponível na WWW:<<http://portal.iphan.gov.br>>.



